



EVASÃO ESCOLAR DE ALUNAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Fábio Roberto da Silva Vasconcelos¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a evasão escolar de alunas travestis e transexuais na educação básica, onde muitas destas são vítimas de preconceitos e discriminações pelos sujeitos da escola, assim como compreender que o gênero é uma construção social, política e histórica. Este estudo sustenta-se a partir das reflexões teóricas de Da Matta (1987), Junqueira (2009), Louro (2010) e entre outros. A investigação apresentada trata-se de uma pesquisa em andamento do curso de Especialização em Psicologia Educacional da Universidade do Estado do Pará, na qual traz uma revisão literária a respeito da temática em destaque.

Palavras-chave: Transfobia. Evasão. Educação.

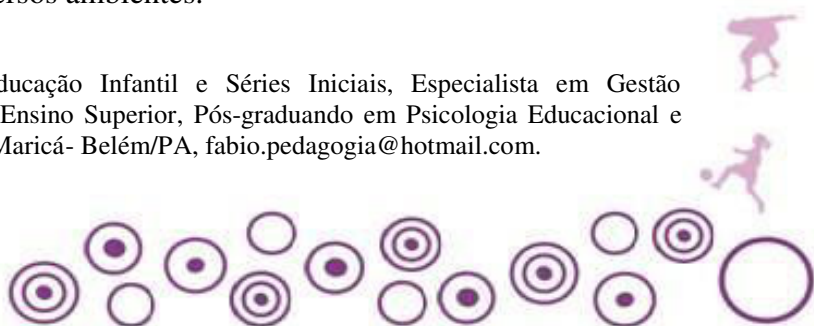
Introdução


Quando se fala que o acesso a escola é direito de todos, percebemos que muitos alunos ficam a margem do processo de escolarização, um fato que exemplifica isso é a evasão escolar referente às travestis, pois se percebe que as mesmas não são vistas com frequência neste ambiente. Por isso, refletir sobre a escolarização acerca desses sujeitos e de que maneira são vistos nas instituições de ensino, é um ponto importante para o avanço das discussões sobre gênero.

Pode-se perceber que a escola em sua função social busca desenvolver o respeito e a igualdade, o que permite ser um ambiente favorável para aplicar ações pedagógicas que disseminam os discursos ao combate a transfobia. Porém, vale lembrar que este ambiente se torna conivente por casos de preconceitos e discriminação para com travestis e transexuais, assim como transferir comportamentos relacionados às normas e padrões heterossexuais desde a educação infantil.

Por mais que exista atualmente o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, vemos um crescimento significativo de evasão escolar de alunas travestis e transexuais, assim como a violência sofrida por eles em diversos ambientes.

¹Especialista em Práticas Pedagógicas em Educação Infantil e Séries Iniciais, Especialista em Gestão Educacional e Docência na Educação Básica e Ensino Superior, Pós-graduando em Psicologia Educacional e Professor de Educação Básica do Jardim Escola Maricá- Belém/PA, fabio.pedagogia@hotmail.com.





Os casos de transfobia são muito comuns com travestis e mulheres transexuais que estejam cursando o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio, na qual estão passando pela fase de transição e autoaceitação de sua identidade de gênero, que para muitos é um desafio extremamente grande, frente a uma sociedade construída culturalmente machista e heteronormativa.

No contexto educacional, o professor é um sujeito essencial para a inclusão e permanência de alunas travestis e transexuais, visto que este sujeito tem sua função social de despertar no educando sua concepção empática, relacional, de identidade e de respeito perante a sociedade. Porém a escola encontra-se despreparada e ilustra silenciosamente a exclusão e práticas transfóbicas.

Para se pensar em identidade de gênero é preciso compreender que todo o sujeito busca ser conhecido e reconhecido, ou seja, ser identificado por aquilo que está sendo exposto. E a construção da identidade de gênero perpassa pelas relações sociais e culturais, caracterizadas como masculino e feminino.

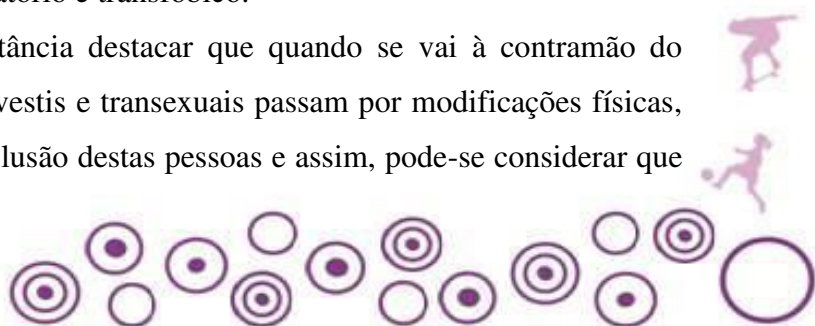
Transfobia nas instituições de ensino


Ao contextualizar sobre as posições de pessoas travestis e transexuais, constata-se que por meio do preconceito não se consegue ver estas pessoas no ambiente educacional de forma assídua. As que frequentam esses espaços são as que suportaram as sobreposições heteronormativas em virtude da vulnerabilidade social, que estão evidenciadas desde a fase inicial da educação básica, na qual se associa ao processo de exclusão.

Em uma sociedade em evolução, nota-se um grande índice de pessoas que estão assumindo sua sexualidade e sua identidade de gênero. E, mesmo assim não tem seus direitos garantidos como cidadãos, assim como a educação, que é um direito básico e muitas vezes é anulada para estes sujeitos aqui em pauta.

É importante pensar que o modelo heteronormativo é uma imposição, assim não se tem a necessidade ou obrigação de segui-lo. A escola na vida de travestis e transexuais é mais um lugar de exclusão, já que as mesmas não têm seus direitos garantidos e obtendo assim, a impossibilidade para afirmação da sua identidade de gênero e continuidade na educação escolar. Modelo este que são estabelecidos tradicionalmente pela sociedade e praticados nas escolas, originando um caráter discriminatório e transfóbico.

No entanto é de extrema importância destacar que quando se vai à contramão do padrão biológico, ou seja, quando as travestis e transexuais passam por modificações físicas, as instituições de ensino produzem a exclusão destas pessoas e assim, pode-se considerar que





a evasão escolar acontece por meio da quebra de padrões heteronormativos. De acordo com Louro (2010, p. 81):

Não há dúvidas de que o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente, pela instituição escolar, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais – nos padrões da sociedade em que a escola se inscreve. Mas, a própria ênfase no caráter heterossexual poderia nos levar a questionar a sua pretendida “naturalidade”. Ora, se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que “vigiar” para que os alunos e alunas não “resvalem” para uma identidade “desviantes”? Por outro lado, se admitimos que todas as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e desejos.

Mesmo havendo diversos conflitos nas instituições de ensino, os profissionais da escola devem promover uma educação igualitária, deste modo, quebrando o modelo heteronormativo. Diante de uma sociedade que se diz instruir cidadãos para o caminho da justiça, solidariedade, livres de qualquer tipo de discriminação, é importante enfrentar as problemáticas existentes na mesma, promovendo os direitos humanos e mostrar que atos transfóbicos têm seus efeitos imediatos.


A transfobia diminui a liberdade e a autonomia do indivíduo, deixando a escola desviar seu papel transformador e redentor, no qual fortalece uma função de reprodução de padrões sociais e com isso, percebe-se que a travestilidade está aquém dos padrões estabelecidos pela sociedade. Para PERES, 2009 a Transfobia é “medo, nojo e vergonha de se relacionar com travestis, transexuais e transgêneros” e passa por uma nítida reprodução institucional, pois a escola instrui e aceita atitudes transfóbicas.

No ambiente escolar existem diversas formas de expressar a raiva para com o outro. Um dos modos é a transfobia, na qual faz com que um indivíduo rejeite o outro por meio de agressões físicas, sociais e psicológicas, excluindo por mediação de ações violentas ou de despreocupação com os acontecimentos.

(Re) existência de travestis e transexuais nas escolas

A escola como um lugar social demonstra conflitos de interesses individuais e culturais, estabelecidos à cultura heterossexual. As escolas dividem-se em dois fragmentos: o determinismo de fenômenos biológicos e a travestilidade e transexualidade. O primeiro fragmento diz respeito aos pensamentos e ações heterossexuais, que expõem o pensamento predominante acerca do padrão sexual, que expressam de que forma deve ser a conduta em meio à sociedade. Em contraposição, há o fragmento que busca garantir e mostrar sua própria





existência na vida social. A escola como um local de debates, deve atentar-se para todos os sujeitos que fazem parte deste cenário.

Primeiramente devemos ouvir as motivações e as ideologias daqueles que praticam o costume, crença ou ação. E assim fazendo que podemos entender o sistema ideológico em estudo percebendo sua tessitura interna, descobrindo seus pontos contraditórios e como tais conflitos são vivenciados, justificados e percebidos pelos seus membros. [...] Antes de termos aferido o evento pelo nosso sistema de classificação é preciso saber como a sociedade em estudo o faz. (DA MATTA, 1987, p. 163-164).

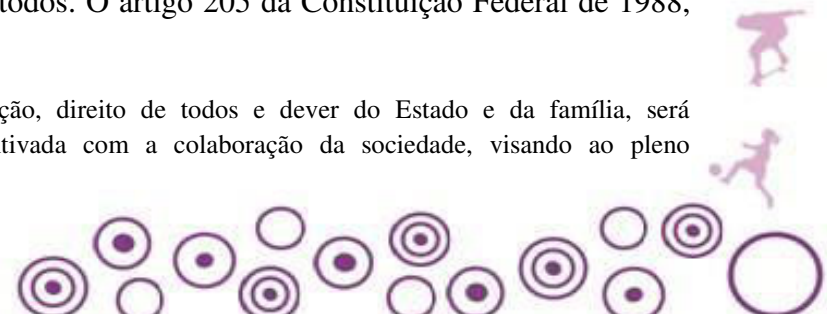
Nesta perspectiva, o autor leva-nos a refletir de que forma as travestis e transexuais se percebem e como as mesmas são percebidas, ou seja, como elas são reconhecidas pelos sujeitos da escola. Com isso, se faz necessário compreender de que maneira os sujeitos da escola reconhecem a travestilidade, visto que é comum recorrer ao dicionário de língua portuguesa para buscar um conceito pré-definido, porém há pessoas que têm sua própria concepção e/ou concepções com base na sua crença e assim, as travestis e transexuais são identificadas de acordo com a época, conflitos e ideais históricos. No ambiente educacional os (as) alunos (as) e professores (as) podem ter como determinação fatos com bases em causas relativistas ou então podem ser guiados para determinar o que vem a ser travestilidade.


As travestis e transexuais ainda se encontram a margem do direito à educação, construindo-se assim, uma barreira para prosseguir sua trajetória formativa através dos conhecimentos escolares. É na escola que se pode fazer a intervenção de ações preconceituosas e transfóbicas, porém se faz necessário refletir que a mesma é um espaço que deve ser para todos, pois especificamente nelas deve haver um diálogo sistemático pautada na educação para a diversidade e com essa perspectiva se tem a visão de uma escola igualitária, entretanto, na sua totalidade, apenas as pessoas que estão dentro dos padrões heteronormativos têm este privilégio. Junqueira (2009) destaca que:

Nas escolas, não raro, enfrentam obstáculos para se matricular, participarem das atividades pedagógicas, terem suas identidades minimamente respeitadas, fazerem uso das estruturas das escolas (os banheiros, por exemplo) e conseguirem preservar sua integridade física. (Junqueira 2009, 25).

As escolas apresentam problemas diversos, dentre eles a transfobia, que afeta travestis e transexuais que lutam pela sua existência neste ambiente e interferem na sua permanência, ocasionando de maneira significativa a evasão escolar das mesmas. Neste espaço é apresentado obstáculos para falar de orientação sexual, mas se faz necessário a quebra desse *tabu* para que a educação seja direito de todos. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988, nos fala:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno





desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Ocorre que a sociedade trata travestis e transexuais como pessoas que não podem usufruir dos espaços sociais, marginalizando e tornando-os pessoas sem acesso aos direitos estabelecidos em lei, como o direito a educação, que é uma garantia fundamental para todas os cidadãos.

A partir do momento em que se integra a uma sociedade, se faz necessário que este tenha seus direitos e deveres integralmente garantidos, como o direito a educação, na qual é um acesso obrigatório, não apenas para as classes mais favorecidas ou aos que seguem um padrão socialmente estabelecido.

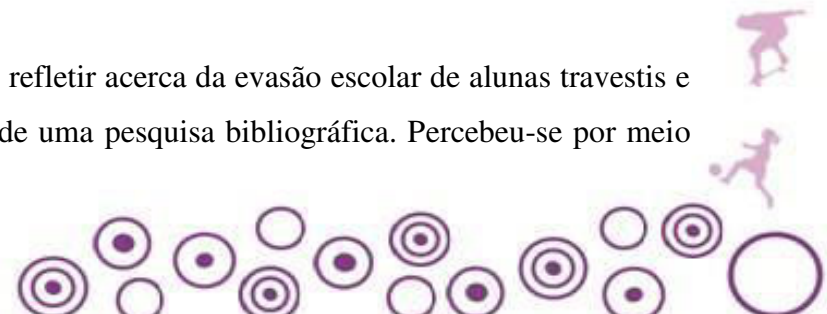
Metodologia

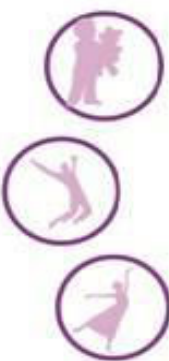
O procedimento metodológico desta investigação busca analisar a evasão escolar de alunas travestis e transexuais, assim, foi necessário sistematizar o processo de averiguação da respectiva pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 83), “[...] método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e autonomia, permite alcançar o objetivo”. Assim, foi possível trilhar o caminho correto para se concluir com organização o estudo por meio de uma pesquisa bibliográfica. Almeida (2012, p. 74), nos diz que: “A pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, acessível ao público em geral [...]”

Com isso, o método da pesquisa caracteriza-se inicialmente pelo levantamento bibliográfico e fichamento das obras referente ao tema pesquisado. A pesquisa que ainda está em andamento, contará com a elaboração de instrumento para coleta de dados. É válido ressaltar que a referida coleta realizar-se-á a partir da aplicação de um questionário, caracterizando-se assim, como uma pesquisa de campo, que “é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (ALMEIDA, 2012, p. 73). A etapa final consistirá na tabulação e análise dos dados realizados à luz do aporte teórico apresentado na revisão da literatura acompanhada das considerações finais.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo refletir acerca da evasão escolar de alunas travestis e transexuais na educação básica através de uma pesquisa bibliográfica. Percebeu-se por meio





da investigação que a transfobia nas instituições de ensino existe de forma frequente e a imposição de padrões heteronormativos é constante, o que ocasiona a exclusão destas pessoas do ambiente educacional.

Atualmente, há diversas pessoas que estão assumindo sua identidade de gênero e garantindo seus direitos. Porém, mesmo com ações de inclusão, a escola ainda se faz extinta da vida de muitas alunas travestis e transexuais, pois se estão neste ambiente, existem olhares preconceituosos, desrespeito e intolerância, uma vez que a escola se constitui de padrões heterossexuais que a sociedade cultiva.

Por muito tempo travestis e transexuais ficaram de fora da escola devido a não aceitação de sua sexualidade e gênero. Contudo, existe a resistência desse grupo social em busca de uma formação igualitária, que precisam buscar conhecimento, para desenvolver competências e habilidades para que assim, tenham um lugar no mercado de trabalho formal.

Faz-se necessário a realização de discursos a respeito de que a escola é direito de todos de fato, sejam estes de classes sociais diferentes, credos religiosos distintos, gêneros sexuais e outros. Assim como é preciso ter projetos pedagógicos que todos os sujeitos da escola possam compreender o gênero como uma construção social, cultural, política e histórica, na qual se destaca uma educação pautada na empatia, igualdade e humanidade, pois somente desta forma se consegue construir uma sociedade mais justa.

Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Chaves de. **Projeto de Pesquisa:** guia prático para monografia. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2012. 140 p.

BRASIL. **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em:

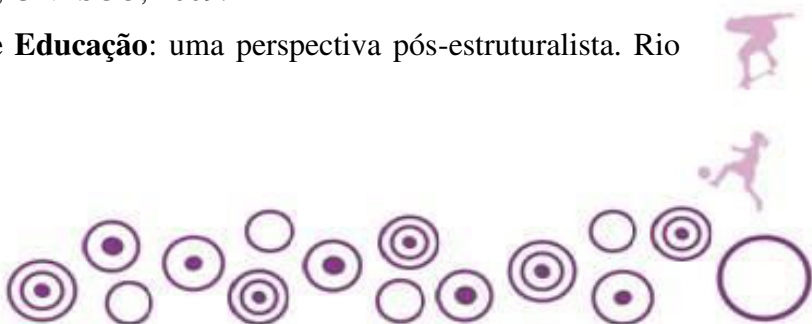
<http://www.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>

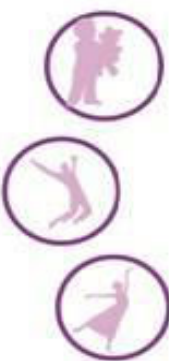
. Acesso em: 29 dez. 2017.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Porco, 1987.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade, e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 2010. 180 p.





MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas. 2007. 315 p.

PERES, William Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transgêneros e a escola brasileira. **In:** Rogério Diniz Junqueira (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

